

LIRES ANTONINA DALAZEN

FORMULAÇÃO DE BASES CONCEITUAIS SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL

Monografia apresentada à Universidade Federal do Paraná ao Curso de Pós Graduação para obtenção do Título de Especialista em Contabilidade e Finanças.
Orientador: Prof. Dr. Lauro Brito de Almeida

**Curitiba
2004**

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
1. INTRODUÇÃO.....	vi
1.1. Situação Problema.....	vi
1.2. Objetivos do estudo.....	vi
1.2.1. Objetivo geral.....	vii
1.2.2. Objetivos específicos.....	vii
1.3. Justificativa.....	vii
1.4. Hipóteses.....	viii
2. O PROBLEMA AXIOLÓGICO.....	9
2.1 Conceito de Axiologia.....	9
2.2.Os Valores e o Comportamento Preferencial.....	9
3. CONCEITOS DE ÉTICA.....	9
3.1. Definição de Ética.....	11
4. DIMENSÕES DA ÉTICA.....	16
4.1. O Pensamento Moderno Ético.....	21
5. EXISTÊNCIA HUMANA E ÉTICA PROFISSIONAL.....	22
5.1. Ética e Profissão.....	22
5.2. Evolução do Conceito de Ética nos Negócios e nas Empresas.....	25
5.2.1. Ética Profissional e Ética Empresarial.....	25
5.3. Ética Empresarial Na América Latina.....	28
5.4.Ética Empresarial No Brasil.....	28
5.5. Ética em Finanças.....	29
6. CÓDIGO DE ÉTICA.....	32
6.1.Conceito.....	32
6.2. Vantagens.....	33
7. ÉTICA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO.....	36
7.1. Ética e Tecnologia.....	36
7.2.Declaração do Rio de Janeiro sobre Ética em Ciência e Tecnologia.....	40
8. PROPRIEDADES INTELECTUAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	46
8.1. O indivíduo na empresa: responsabilidades e expectativas.....	47
8.2. A empresa na sociedade: a idéia de responsabilidade social.....	49

8.3. Obrigações para com os <i>stakeholders</i> : consumidores e comunidade.....	50
9. CONCLUSÃO.....	54
10. BIBLIOGRAFIA.....	55

RESUMO

Este trabalho desenvolveu-se tendo como ponto de partida a ampliação de conhecimento sobre Ética Profissional, através da pesquisa em livros científicos sobre os conceitos de Ética e a sua necessidade de evolução através dos tempos. Na pesquisa efetuada foi possível descrever que a que “Ética é como o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja do modo absoluto”. A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade. A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. O desenvolvimento científico que mais afetou a ética, depois de Newton, foi a teoria da evolução apresentada por Charles Darwin. Suas conclusões foram o suporte documental da chamada ética evolutiva, do filósofo Herbert Spencer, para quem a moral resulta apenas de certos hábitos adquiridos pela humanidade ao longo de sua evolução. Podemos citar segundo a pesquisa que a ética se relaciona com a moral, filosofia, psicologia, sociologia, ciência política, economia, antropologia, política, religião, etc. Então podemos dizer que ser ético hoje cabe a cada um assumir seu papel de cidadão, tanto para chegar ao objetivo final que é o convívio harmônico entre os povos. Mas para que ocorra esta sincronia o indivíduo precisa desenvolver a ética na profissão, que é a prática habitual de um trabalho e oferece uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas – quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos, maiores ou menores, onde tal relação se insere. Foi verificado que muitos profissionais parecem despertar para a ética em finanças no momento em que grandes escândalos são divulgados. No dia-a-dia, porém, se as transações financeiras não estiverem apoiadas em determinadas regras e comportamentos morais, o mercado se ressentirá e a impressão de oportunismo poderá comprometer negativamente os investimentos de muitos cidadãos, de empresas e de instituições financeiras.

1. INTRODUÇÃO

Ética é um tema que hoje vem sendo abordado em todos os aspectos de relacionamentos, quer sejam ele pessoal, profissional e empresarias. Com a globalização tornou-se urgente o tratamento e desenvolvimento sobre Ética. Porque através dela, as pessoas poderão se tornar confiáveis e ampliarem seu espaço profissional. As empresas para desenvolverem seus negócios também precisam ter uma posição definida a respeito e, não só isso, estarem cumprindo com esta posição. Desta forma poderão adquirir respeito dos clientes, de outras empresas e mercado onde atuam. Este tema implica em muitos conceitos subjetivos, mas de extrema importância para a ampliação do conhecimento humano. A grande sinalização para as organizações é o código de ética que tem por finalidade servir como instrumento de realização dos princípios, visão e missão da empresa. Serve para orientar as ações de seus colaboradores e explicitar a postura social da empresa em face dos diferentes públicos com os quais interage

1.1. Situação problema

Ética Empresarial um estudo sobre os requisitos necessários para os agentes atuantes na área financeira. Quais os requisitos que devem ser observados pelos atuantes na área financeira que assegure um comportamento ético?

A sociedade contemporânea está resgatando comportamento que possibilitem o cultivo de relações éticas. São freqüentes as queixas sobre a falta de ética na sociedade, na política, na indústria e até mesmo nos meios esportivos, culturais e religiosos.

Um dos campos mais carentes, no que diz respeito à ampliação da ética é o do trabalho e exercício profissional. Por esta razão, executivos e teóricos em administração de empresas voltaram a se debruçar sobre as questões éticas.

1.2. Objetivos do estudo

O trabalho a ser desenvolvido pretende atingir o objetivo geral e os específicos, apresentados a seguir:

1.2.1. Objetivo geral

Formulação de bases conceituais que contribuem para a formulação de conhecimentos sobre a ética em geral e qual a sua influencia sobre as pessoas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compilar conhecimentos teóricos dos mais diversos autores, para adquirir uma visão mais crítica sobre o assunto abordado.
- Definir os conceitos e requisitos sobre ética para as pessoas atuantes na área financeira
- Adquirir conhecimento sobre a aplicação da ética. Ela é uma postura individual ou social.

1.3. Justificativa

Uma empresa é considerada ética se cumprir com todos os compromissos que tiver, se adotar uma postura ética como estratégia de negócios, ou seja, agir, de forma honesta com todos aqueles que tem algum tipo de relacionamento com ela. Estão envolvidos neste grupo, os clientes, os fornecedores, os sócios, os funcionários, o governo e a sociedade como um todo. Seus valores, rumos e expectativas devem levar em conta todo esse universo de relacionamentos e seu desempenho também deve ser avaliado quanto ao seu esforço no cumprimento de suas responsabilidades públicas e em sua situação atuante como base cidadã.

¹Percebe-se claramente a necessidade da moderna gestão empresarial em criar relacionamentos mais éticos no mundo dos negócios para poder sobreviver e, obviamente obter vantagens competitivas. A sociedade como um todo também se beneficia deste movimento.

As organizações necessitam investir continuamente no desenvolvimento de seus funcionários por meio da educação.

¹ MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2000. p.33

A maior parte das organizações independentemente do porte, pode desenvolver mecanismos para contribuir para a satisfação dos funcionários.

Ter padrões éticos significa ter bons negócios em longo prazo. Existem estudos indicando a veracidade dessa afirmativa. Ma maioria das vezes, contudo, as empresas e organizações reagem a situações de curto prazo.

1.4. Hipóteses

Para MARTINS¹, *“hipótese é um enunciado das relações entre duas ou mais variáveis. Trata-se de suposições idealizadas na tentativa de antecipar respostas do problema de pesquisa.”*

Neste trabalho, a hipótese formulada é:

Bases conceituais elaboradas a partir de pesquisas em livros e internet sobre o assunto: Ética. Com o objetivo de definir Ética, sua evolução e qual seu impacto nas empresas e para as pessoas atuantes na área financeira.

2. O PROBLEMA AXIOLÓGICO

2.1. Conceito de Axiologia

Muitas respostas diferentes podem ser dadas à pergunta "o que é intrinsecamente bom?" Os hedonistas dizem que é o prazer; os pragmáticos, a satisfação, o crescimento ou a adaptação; os humanistas, a auto-realização harmoniosa; os cristãos, o amor a Deus.

Axiologia, ou teoria do valor é a abordagem filosófica do valor em sentido amplo. Sua importância reside principalmente no novo e mais extenso significado que atribuiu ao termo valor e na unidade que trouxe ao estudo de questões econômicas, éticas, estéticas e lógicas que eram tradicionalmente consideradas em separado.

2.2. Os Valores e o Comportamento Preferencial

É costume e é importante fazer uma distinção entre valores sociais e individuais. Por exemplo, na Constituição dos Estados Unidos, favorece-se um certo modo de organização social e de procedimento dos cidadãos e estes têm em comum, dum modo geral, uma disposição para se comportarem de acordo com os princípios estabelecidos no documento. Na medida em que o fazem partilham um conjunto de valores sociais. Dentro deste grande grupo de cidadãos americanos há outros mais pequenos, como os formados pelos indivíduos com a mesma profissão, pelos membros de uma organização religiosa, de uma família, de um grupo desportivo, etc. que têm o seu próprio conjunto distintivo de valores sociais. Além disso, existe ainda o comportamento preferencial de cada indivíduo em relação a outras pessoas, a objetos de arte, livros, ideias e tipos de vida, que se podem chamar valores individuais. Tanto os valores sociais como os individuais implicam o comportamento preferencial e podem em princípio ser objecto de investigação científica.

3. CONCEITOS DE ÉTICA

Ética como “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja do modo absoluto”.

A Ética encara a virtude como pratica do bem e esta como a promotora da felicidade dos seres, quer individualmente ou coletivamente, onde são avaliados os desempenhos humanos em relação às normas comportamentais pertinentes.

O caminho da virtude é sempre possível. Enquanto o homem existir, tem ele a possibilidade de modificar sua conduta e imprimir direção diferente às suas ações. E todos os homens orientam-se na vida por um critério valorativo, conferindo assim um sentido pessoal em suas vidas.

Nem sempre é tranqüilo atingir-se o conceito de bem, principalmente vivenciá-lo de maneira coerente. Por mais rígidas sejam as convicções morais, pode permear a consciência sensível pela insegurança quanto à fixação dos padrões e o balizamento concreto das atitudes humanas.

Não se pode exigir tanto da ética. Esperar prova absoluta dos princípios gerais ou certeza objetiva de julgamentos, morais específicos, o importante é a busca de boas razões para a opção moral concreta.

É sempre suscetível de aferição o apreço conferido a cada valor, no momento determinado de toda história individual ou coletiva. O apreciar individual propicia nortear adequadamente a procura de felicidade própria, que não será integral se não se harmonizar com a de todos os homens, isto é, a prática do bem é a felicidade e como ela deve ser praticada como ideal e como ato consciente ético.

O assunto a ser abordado é extremamente discutível, pois escrever sobre ética, é também descrever sobre escolhas de decisões dos seres humanos.

Desta forma desde a origem do homem, é possível descrever sobre o comportamento ético.

O que podemos dizer ser ÉTICA¹: seria então uma espécie de teoria sobre a prática moral, uma reflexão teórica que analisa e critica os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral.

O dicionário Abbagnano, entre outras considerações nos diz que a ética é "em geral, a ciência da conduta" (ABBAGNANO, sd, p.360) e Sanchez VASQUEZ

¹ VASQUEZ, Adolfo Sanches. 18ª Edição. Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1998. pgs: 5 à 21.

(1995, p.12) amplia a definição afirmando que "a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é ciência de uma forma específica de comportamento humano".

3.1. Definição de Ética

A ética é teoria², investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirme sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações emotivas.

A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de morais no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adotar uma atitude indiferente ou eclética diante delas.

Como as demais ciências, a ética se defronta com fatos. Que estes sejam humanos implica, por sua vez, em que sejam fatos de valor. Mas, isto não prejudica em nada as exigências de um estudo objetivo e racional. A ética estuda uma forma de comportamento humano que os homens julgam valioso e além disto, obrigatório e inescapável. Mas nada disto altera minimamente a verdade de que a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efetivo, do comportamento dos homens.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens na sociedade. É a ciência de uma forma específica do comportamento humano. Segundo o autor ela corresponde à necessidade de uma abordagem científica dos problemas morais. A ética se ocupa de um objeto próprio: o setor da realidade humana que chamamos moral, constituído, por um tipo particular de fatos e atos humanos.

² VASQUEZ, Adolfo Sanches. 18ª Edição. Tradução de João Dell'Anna. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1998. pgs: 5 à 21.

A ética é a ciência da moral, isto é, de uma esfera do comportamento humano. Não se deve confundir aqui a teoria com o seu objeto: o mundo moral. As proposições da ética devem ter o mesmo rigor, a mesma coerência e fundamentação das proposições científicas. Ao contrário, os princípios, as normas ou os juízos de uma moral determinada não apresentam esse caráter. E não somente não tem caráter científico, mas a experiência histórica moral demonstra como muitas vezes são incompatíveis com os conhecimentos fornecidos pelas ciências naturais e sociais. Daí poder afirmar que, se pode falar numa ética científica, não se pode dizer o mesmo da ética moral. Não existe uma moral científica, mas existe – ou pode existir um conhecimento da moral que pode ser científico. Aqui, como nas outras ciências, o científico baseia-se no método, na abordagem do objeto, e no próprio objeto. Da mesma maneira, pode se dizer que o mundo físico não é científico, embora o seja a sua abordagem ou estudo por parte da ciência física. Se, porém, não existe uma moral científica em si, pode existir uma moral compatível com os conhecimentos científicos sobre o homem, a sociedade e, em particular, sobre o comportamento humano moral. É este o ponto em que a ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesmo normativa ou perceptiva. A moral não é ciência, mas objeto da ciência; e, nesse sentido, é por ela estudada e investigada. A ética não é a moral e, portanto não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva e, nesse sentido, pode influir na própria moral.

Seu objetivo de estudo é constituído por tipos de atos humanos: os atos conscientes e voluntários dos indivíduos que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu convívio.

Princípios ou pautas da conduta humana, também denominada filosofia moral. Como ramo da filosofia, é considerada uma ciência normativa. Os filósofos tentaram determinar a boa conduta segundo dois princípios fundamentais: considerando alguns tipos de conduta bons em si, ou em virtude de se adaptarem a um modelo moral concreto. O primeiro implica um valor final, ou *summum bonum*, desejável por si próprio, e não apenas como um meio de chegar a um fim. Na história da ética, há três modelos principais de conduta: a felicidade ou prazer; o dever, virtude ou obrigação; e a perfeição, que é o completo desenvolvimento das potencialidades humanas. Dependendo do que estabelece a sociedade, a autoridade invocada para uma boa conduta pode ser a vontade de uma divindade, o

modelo da natureza ou o domínio da razão. O hedonismo é a filosofia que ensina que o maior de todos os bens é o prazer. Já na filosofia em que a mais alta realização é o poder ilimitado ou absoluto, podem não ser aceitas as regras éticas geradas pelos costumes e serem propostas outras normas ou, ainda, as ações serem regidas por critérios outros, mais adequados a obtenção do domínio visado, buscando-se convencer os demais quanto à sua moralidade.

A história da ética se entrelaça com a história da filosofia. No século VI a.C., Pitágoras desenvolveu algumas das primeiras reflexões morais a partir do orfismo, afirmando que a natureza intelectual é superior à natureza sensual e que a melhor vida é aquela dedicada à disciplina mental. Os sofistas se mostraram céticos no que se refere a sistemas morais absolutos, embora, para Sócrates, a virtude surja do conhecimento e a educação possa conseguir que as pessoas sejam e ajam de acordo com a moral. Seus ensinamentos modelaram a maior parte das escolas de filosofia moral gregas da posteridade, entre as quais se destacariam os cínicos, os cirenaicos, os megáricos e os platônicos. Para Platão, o mal não existe por si só, é apenas um reflexo imperfeito do real, que é o bem, elemento essencial da realidade. Afirmava que, na alma humana, o intelecto tem que ser soberano, figurando a vontade em segundo lugar e as emoções em terceiro, sujeitas ao intelecto e à vontade. Aristóteles considerava a felicidade a finalidade da vida e a resultante do único atributo humano, a razão. As virtudes intelectuais e morais seriam apenas meios destinadas a sua consecução. Na filosofia do estoicismo, a natureza é ordenada e racional e só pode ser boa uma vida que esteja em harmonia com ela. Embora a vida seja influenciada por circunstâncias materiais, o indivíduo tem que se tornar independente desses condicionamentos através da prática de algumas virtudes fundamentais, como a prudência, o valor, a temperança e a justiça. O epicurismo, por sua vez, identificava como sumo bem o prazer, principalmente o prazer intelectual, e, tal como os estóicos, preconizavam uma vida dedicada à contemplação.

Na Ética Cristã, tivemos os modelos éticos da Idade Clássica eram aplicáveis apenas às classes dominantes, especialmente na Grécia. Grande parte do apelo do cristianismo se explica pela extensão da cidadania moral a todos, inclusive aos escravos. Por outro lado, sua doutrina revolucionou a ética, ao introduzir uma concepção religiosa de bem no pensamento ocidental. De acordo com a idéia cristã, toda pessoa depende inteiramente de Deus e só pode alcançar a

bondade com ajuda de sua graça. No fim da Idade Média, São Tomás de Aquino viria a fundamentar na lógica aristotélica os conceitos agostinianos de pecado original e da redenção por meio da graça divina.

À medida que a Igreja medieval se tornava mais poderosa, desenvolvia-se um modelo de ética que trazia castigos aos pecados e recompensa à virtude através da imortalidade. A Reforma protestante provocou um retorno geral aos princípios básicos, ligando-os à tradição cristã. A responsabilidade individual passou a ser considerada mais importante do que a obediência à autoridade ou à tradição. Esta transformação levou, indiretamente, ao surgimento da ética secular moderna.

Thomas Hobbes, no *Leviatã* (1651), asseverava que os seres humanos são maus e necessitam de um Estado forte que os reprima. Para Baruch Spinoza, a razão humana é o critério para uma conduta correta e só as necessidades e interesses do homem determinam o que pode ser considerado bom e mau, o bem e o mal.

A maior parte dos grandes descobrimentos científicos tem afetado a ética. As pesquisas de Isaac Newton foram consideradas uma prova da existência de uma ordem divina racional. Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, em seu *Contrato social* (1762), atribuía o mal ético aos desajustamentos sociais e afirmava que os seres humanos eram bons por natureza. Uma das maiores contribuições à ética foi a de Immanuel Kant, em fins do século XVIII. Segundo ele, a moralidade de um ato não deve ser julgada por suas conseqüências, mas apenas por sua motivação ética. As teses do utilitarismo, formuladas por Jeremy Bentham, sugerem o princípio da utilidade como meio de contribuir para aumentar a felicidade da comunidade. Já para Georg Wilhelm Friedrich Hegel, a história do mundo consiste em "disciplinar a vontade natural descontrolada, levá-la a obedecer a um princípio universal e facilitar uma liberdade subjetiva".

O desenvolvimento científico que mais afetou a ética, depois de Newton, foi a teoria da evolução apresentada por Charles Darwin. Suas conclusões foram o suporte documental da chamada ética evolutiva, do filósofo Herbert Spencer, para quem a moral resulta apenas de certos hábitos adquiridos pela humanidade ao longo de sua evolução. Friedrich Nietzsche explicou que a chamada conduta moral só é necessária ao fraco, uma vez que visa a permitir que este impeça a auto-realização do mais forte. Em visão oposta, Piotr Aleksevich Kropotkin afirmou que a sobrevivência das espécies depende da ajuda mútua e que os seres humanos

obtiveram a primazia entre os animais em razão de sua capacidade de associação e cooperação.

A ética moderna demonstra influências da psicanálise de Sigmund Freud e das doutrinas behavioristas. Freud atribuiu o problema do bem e do mal em cada indivíduo à luta entre o impulso do eu instintivo para satisfazer a todos os seus desejos e a necessidade do eu social de controlá-los ou reprimi-los. O behaviorismo, através da observação dos comportamentos animais, reforçou a idéia da possibilidade de mudar a natureza humana, facilitando as condições que favoreçam os desejos de mudança.

As tendências recentes de Bertrand Russell marcaram uma mudança de rumos no pensamento ético das últimas décadas. Reivindicou a idéia de que os juízos morais expressam desejos individuais ou hábitos aceitos. A seu ver, seres humanos completos são os que participam plenamente da vida social e expressam tudo que faz parte de sua natureza. Martin Heidegger, por sua vez, afirmou que os seres humanos se encontram sós no Universo e têm que adotar e assumir suas decisões éticas com permanente consciência da morte. Outros filósofos modernos que se interessaram pelo pensamento ético foram John Dewey e George Edward Moore. Eles julgavam que o bem pode ser analisado são chamados de naturalistas. Eles consideram os enunciados éticos como descritivos do mundo em termos de verdadeiro ou falso. Existe, finalmente, uma escola não-cognitiva, em que a ética não representa uma forma de conhecimento e sua linguagem não é descritiva.

4. DIMENSÕES DA ÉTICA

Ética e moral se relacionam, pois, como uma ciência específica e seu objeto. Ambas as palavras mantêm assim uma relação que não tinham propriamente em suas origens etimológicas. Certamente, moral vem do latim *mos mores*, “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. *Ética* vem do grego *ethos* que significa analogamente “modo de ser” ou “caráter”, enquanto forma de vida também é adquirida ou conquistada pelo homem. Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, “caráter” e “costumes”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito. É precisamente esse caráter não natural da maneira de ser do homem que, na Antigüidade, lhe confere sua dimensão moral.

Na Filosofia define-se como um conjunto sistemático de conhecimentos racionais e objetivos a respeito do comportamento humano moral, a ética nos apresenta com um objetivo específico que se pretende estudar cientificamente. Ela surge em oposição à concepção tradicional que a reduzia a um simples capítulo da filosofia, na maioria dos casos especulativo. A favor desta posição há vários argumentos de importância desigual, que conduzem à ligação do caráter científico independente da ética. Argumenta-se que esta não elabora proposições objetivamente válidas, mas juízos de valor ou normas que não podem pretender esta validade. Mas, como já assinalamos, isso se aplica a um tipo determinado de ética – a normativa – que se atribuiu a função fundamental de fazer recomendações e formularam uma série de normas e prescrições morais; mas esta objeção não atinge a teoria ética, que pretende explicar a natureza, fundamentos e condições da moral, relacionando-a com as necessidades sociais dos homens, um código moral, ou um sistema de normas, não é ciência, mas pode ser explicado cientificamente, seja qual for o seu caráter ou as necessidades sociais às quais corresponda. A moral – dizíamos antes – não é científica, mas suas origens fundamentos e evolução podem ser investigadas racional e objetivamente; isto é, do ponto de vista da ciência. Como qualquer outro tipo de realidade – natural ou social – a moral não pode excluir uma abordagem científica. Até mesmo um tipo de fenômeno cultural e social como o dos preconceitos não é uma exceção no caso; é verdade que os preconceitos não são científicos e que com eles não se podem instituir uma ciência,

mas é certamente possível uma explicação (sistemática, objetiva e racional) dos preconceitos humanos pelo fato de constituírem parte de uma realidade humana social.

Desde as origens da filosofia e particularmente com Sócrates na Antiguidade grega, os filósofos não deixaram de tratar em grau maior ou menor destas. E isto vale, especialmente, para o vasto período da história da filosofia durante o qual, por não se ter ainda elaborado o saber científico sobre diversos setores da realidade natural ou humana, a filosofia se apresentava como um saber total que se ocupava praticamente de tudo. Ao longo do tempo em que o homem diversificou e aprofundou seu conhecimento, várias ramos se desprenderam do tronco comum da filosofia para constituir ciências especiais com um objeto específico de investigação e com uma abordagem sistemática, metódica, objetiva e racional comum às diversas ciências. A última área a ser desprendida foi a psicologia. As várias disciplinas trilham este caminho, inclusive a ética – que era também considerada tarefa dos filósofos.

As questões éticas fundamentais - como, por exemplo, as que concernem às relações de responsabilidade, liberdade e necessidade – devem ser abordadas a partir de pressupostos filosóficos básicos, como o da dialética da necessidade e da liberdade. Mas a ética científica deve se apoiar numa filosofia estreitamente relacionada com as ciências, e não numa filosofia especulativa, divorciada delas, que pretenda deduzir de princípios absolutos a solução dos problemas éticos.

Na psicologia estudam as relações e o comportamento dos homens em sociedade e proporcionam dados e conclusões que contribuem para esclarecer o tipo peculiar de comportamento humano que é o moral.

Os agentes morais, em primeiro lugar, são indivíduos concretos que fazem parte de uma comunidade. Seus atos são morais somente se considerados nas suas relações com os outros; contudo, sempre apresentam um aspecto subjetivo, interno, psíquico, constituído de motivos, atividade da consciência que se propõe fins, seleciona meios, escolhe entre diversas alternativas, formula juízos de aprovação ou de desaprovação etc. neste aspecto psíquico, subjetivo, inclui-se também a atividade subconsciente.

Temos a psicologia como ciência do psíquico, a psicologia vem em ajuda da ética quando põe em evidência as leis que regem as motivações internas do comportamento do indivíduo, assim como quando nos mostra a estrutura do caráter

e da personalidade. Dá a sua ajuda também quando examina os atos voluntários, a formação dos hábitos, a gênese da consciência moral e dos juízos morais. A psicologia presta uma importante contribuição à ética quando esclarece as condições internas, subjetivas, do ato moral.

Na sociologia a ética apresenta também uma estreita relação com as ciências que estudam as leis que regem o desenvolvimento e a estrutura das sociedades humanas. Entre estas ciências sociais, figuram a antropologia social e a sociologia. Nelas se estuda o comportamento do homem como ser social sob o ponto de vista de determinadas relações; estudam-se também, as estruturas nas quais se integram estas relações, assim como as formas de organização e de relação dos indivíduos concretos dentro delas.

O sujeito do comportamento moral é o indivíduo concreto, mas, sendo um ser social e, independentemente do grau de consciência que tenha disto, parte de determinada estrutura social e inserido numa rede de relações sociais, o seu modo de comportar-se moralmente não pode ter um caráter puramente individual, e sim social. Os indivíduos nascem numa determinada sociedade, na qual vigora uma moral efetiva que não é invenção de cada um em particular, mas que cada um encontra como dado objetivo social. Assim o conhecimento objetivo das estruturas sociais e, em particular pela sociologia, como ciência da sociedade.

É de suma importância o conhecimento dos fatores sociais do comportamento moral, este não se reduz a uma mera expressão daqueles; pôr outro lado, embora os atos morais sejam condicionados socialmente, não se reduzem a sua forma social, coletiva e impessoal. Para que se possa falar propriamente do comportamento moral de um indivíduo, é preciso que os fatores sociais que nele influem e o condicionam sejam vividos pessoalmente, passem pela sua consciência ou sejam interiorizados, porque somente assim poderemos responsabilizá-los por sua decisão e ação. Exige-se efetivamente que o indivíduo, sem deixar de ser condicionado socialmente, disponha da necessária margem individual para poder decidir e agir; somente com esta condição poderemos dizer que se comporta moralmente. Por estas razões o autor conclui que o estudo do comportamento moral não pode exaurir-se no seu aspecto social e de que a ética não se reduz à sociologia.

Na Antropologia social estuda, as sociedades primitivas ou desaparecidas, sem preocupar-se com a sua inserção num processo histórico de mudança e de

sucessão. No estudo do comportamento dessas comunidades, entra também a análise de seu comportamento moral. Estes dados são de grande importância no exame das origens, fonte e natureza da moral. Os antropólogos conseguiram estabelecer relações entre a estrutura social de uma comunidade e o código moral que as rege, demonstrando assim que as normas que hoje, de acordo com nosso código moral atual, parecem em certos casos imorais – como a de não respeitar a vida dos anciões e dos prisioneiros – correspondem a certa forma de vida social.

As conclusões dos antropólogos constituem uma série de advertência contra as pretensões dos teóricos da moral que, desconhecendo a relação entre esta e as condições sociais concretas, procuram elevar ao plano do absoluto certos princípios e certas normas que correspondem a uma forma concreta de vida social. E esta advertência se justifica também mediante o estudo quase sempre negligenciado pela ética tradicional – da história da moral como processo de sucessão de determinadas morais efetivas por outras.

Os dados e as conclusões da antropologia e da história contribuem para que a ética se afaste de uma concepção absolutista ou supra-histórica da moral, mas, ao mesmo tempo lhe impõe a necessidade de abordar o problema de se, através desta diversidade e sucessão de morais efetivas, existem também, ao lado de seus aspectos históricos e relativos, outros que perduram sobrevivem ou se enriquecem, elevando-se a um nível moral superior.

No Direito a teoria do direito traz muitas contribuições, graças à sua estreita relação com a ética, visto que as duas disciplinas estudam o comportamento do homem como comportamento normativo. De fato ambas as ciências abordam o comportamento humano sujeito a normas, ainda que no campo do direito se trate de normas impostas com um caráter de obrigação exterior, e, inclusive de maneira coercitiva, ao passo que na esfera da moral as normas, embora obrigatórias, não são imposta coercitivamente.

Na Política, a ética também é fundamental, pois a economia política como ciência das relações econômicas que os homens contraem no processo de produção. Esta vinculação se baseia na relação efetiva, na vida social, entre os fenômenos econômicos e o mundo moral. Trata-se de uma relação em dois planos:

a) Na medida em que as relações econômicas influem na moral dominante numa determinada sociedade. Assim, por exemplo, o sistema econômico no qual a força do trabalho se vende como mercadoria e no qual vigora a lei da obtenção do

maior lucro possível gera uma moral egoísta e individualista que satisfaz o desejo do lucro. O conhecimento desta moral tem de se basear nos dados e nas conclusões da economia política a respeito desse modo de produção, ou sistema econômico.

b) Na medida que os atos econômicos – produção de bens através do trabalho e apropriação e distribuição dos mesmos – não podem deixar de apresentar uma certa conotação moral. A atividade do trabalhador, a divisão social do trabalho, as formas de propriedade dos meios de produção e a distribuição social dos produtos do trabalho humano, coloca problemas morais. A ética como ciência da moral não pode negligenciar os problemas morais apresentados, especialmente em nossos dias, pela vida econômica; ora, a economia política, como ciência das relações econômicas ou dos modos de produção, contribui para a elucidação dos mesmos.

Podemos verificar que a ética se relaciona estreitamente com as ciências do homem, ou ciências sociais, dado que o comportamento moral não é outra coisa senão uma forma específica do comportamento do homem, que se manifesta em diversos planos: psicológico, social, prático-utilitário, jurídico, religioso ou estético.

Na história as doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular, pelo seu comportamento moral e efetivo. Por isso, existe uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana, social, sujeita historicamente à mudança. Por conseguinte, as doutrinas éticas não podem ser consideradas isoladamente, mas dentro de um processo de mudança e de sucessão que constituem propriamente a sua história.

A Ética Religiosa, como a filosofia cristã em geral – parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo.

Deus, criador do mundo e do homem, é concebido como um ser pessoal, bom, onisciente e todo-poderoso. O Homem, como criatura de Deus, tem fim último em Deus, que é o seu bem mais alto e o seu valor supremo. Deus exige a sua obediência e a sujeição a seus mandamentos, que neste mundo humano terreno têm o caráter de imperativos supremos.

Assim, pois, na religião cristã, o que o homem é e o que deve fazer definem-se essencialmente não ter relação com uma comunidade humana (como a *polis*) ou com o universo inteiro, mas antes de tudo, em relação a Deus. O homem vem de Deus e todo o seu comportamento – incluindo a moral – deve orientar-se para ele como objetivo supremo. A essência da felicidade (a beatitude) é a contemplação de Deus; o amor humano fica subordinado ao divino; a ordem sobrenatural tem a primazia sobre a ordem natural humana.

Também a doutrina cristã das virtudes expressa esta superioridade do divino. Embora assimile – como virtudes fundamentais – a prudência, a fortaleza, a temperança e a justiça, já proclamadas por Platão e que são as virtudes morais em sentido próprio admite determinadas virtudes supremas ou teologais (fé, esperança e caridade). Enquanto as fundamentais regulam as relações entre os homens e são, por isto, virtudes em escala humana, as teologais regulam as relações entre o homem e Deus e são, por conseguinte, virtudes em escala divina.

O cristianismo pretende elevar o homem de uma ordem terrestre para uma ordem sobrenatural, na qual possa viver uma vida plena, feliz, e verdadeira, sem as imperfeições, as desigualdades e injustiças terrenas. Propondo a solução de graves problemas do mundo num mais além, o cristianismo introduz uma idéia de uma enorme riqueza moral: a da igualdade dos homens. Todos os homens sem distinção – escravos e livres, cultos e ignorantes – são iguais diante de Deus e são chamados a alcançar a perfeição e a justiça num mundo sobrenatural.

4.1. O Pensamento Moderno Ético

Com a globalização a responsabilidade ética, esta cada vez mais sendo discutida porque a sociedade está exigindo mais transparência e mais respeito. Vivemos num mundo de muita diversidade e principalmente desigualdades sociais, culturais e econômicas, criando se uma indignação do comportamento humano , pois o "Capitalismo Selvagem" faz com que as pessoas tornem individualistas , não pensando no bem estar alheio , somente nela .

Ser ético hoje cabe a cada um assumir seu papel de cidadão, tanto para chegar ao objetivo final que é o convívio harmônico entre os povos.

5. EXISTÊNCIA HUMANA E ÉTICA PROFISSIONAL

5.1. Ética e Profissão

O grupamento de profissionais que exercem o mesmo ofício termina por criar as distintas classes profissionais e também a conduta pertinente.

Existe aspecto claro de observação do comportamento, nas diversas esferas em que ele se processa: perante o conhecimento, perante o cliente, perante o colega, perante a classe, perante a sociedade, perante a pátria, perante a própria humanidade como conceito global.

A consideração ética, sendo relativa, também hoje se analisa do ponto de vista da necessidade de uma conduta de efeitos amplos, globais, mesmo diante de povos que possuem tradições e costumes diferentes.

A profissão, como a prática habitual de um trabalho, oferece uma relação entre necessidade e utilidade, no âmbito humano, que exige uma conduta específica para o sucesso de todas as partes envolvidas – quer sejam os indivíduos diretamente ligados ao trabalho, quer sejam os grupos, maiores ou menores, onde tal relação se insere.

Quem pratica a profissão dela se beneficia, assim como o utente dos serviços também desfruta de tal utilidade. Isto não significa, entretanto, que tudo o que é útil entre duas partes o seja para terceiros e para a sociedade.

Um empresário que precisa estar informado e orientado sobre seus negócios, em face do que vai ocorrendo com seu capital, necessita de um profissional especializado em Contabilidade. Em reciprocidade, o diplomado em Contabilidade necessita do trabalho e da oportunidade que o empresário vai lhe oferecer. Estas são relações diretas entre quem presta o serviço e o que deste se beneficia.

O conceito profissional é a evidencia, perante terceiros, das capacidades e virtudes de um ser no exercício de um trabalho habitual de qualidade superior.

O valor profissional deve acompanhar-se de um valor ético para que exista uma integral imagem de qualidade.

Quando só existe a competência técnica e científica e não existe uma conduta virtuosa, a tendência é de que o conceito no campo do trabalho possa abalar-se, notadamente em profissões que lidam com maiores riscos.

A profissão, pois, que pode enobrecer pela ação correta e competente, pode também ensejar a desmoralização, através da conduta inconveniente, com a quebra de princípios éticos.

O sentido de utilidade pode existir e a ética não se cumprir.

Segundo o autor, há uma inequívoca distancia entre a força do poder e a força da vontade ética, quando se trata, por exemplo, de critérios de conveniências administrativas, em confronto com a consciência ética. Na prática o que tem ocorrido, é a vitória do Poder sobre a qualidade do Trabalho.

Não se pode negar, por evidente, a variedade de condutas exigíveis nem, como decorrência, alguns aspectos especiais de comportamento ético. Nem sempre o que interessa a uma administração é o que atende ao interesse de um profissional.

No entanto devemos levar em consideração o profissional na ambiência do emprego. Pois, o profissional subordina-se a um poder patronal, a uma condição especial de relacionamento obediente. Esta obediência no emprego, não deve significar escravidão, nem negação da Consciência ética, nem exclusão total da vontade humana, mas exige subordinação de vontades.

Pode-se observar uma transigência acomodada, ou ainda, uma concessão que o profissional empregado acaba por fazer perante os rigores tecnológicos que formam sua Consciência, em favor do interesse patronal.

Esta concessão pode ocasionar reações diferentes nos seres, de acordo com suas estruturas mentais e a importância do fato.

A perspectiva de perda de emprego produz a vontade de preservá-lo, logo, de praticar o que lhe é comandado; a perda da autonomia para exercer sua vontade Ética, promove o desejo de não praticar o que lhe é comandado; neste conflito de duas forças energéticas iguais e contrárias, no cérebro ocorrem os traumas, as neuroses, os desequilíbrios que afetam o organismo e tornam vacilantes as condutas.

Podemos por exemplo ter um contador que poderá ser comandado para realizar determinados lançamentos que interessam a diretoria, mas que pioram a qualidade técnica demonstrativa; assim, pode ser exigido, na demonstração do balanço, na Conta dos Clientes, no Ativo Circulante, que se incluam as duplicatas a receber vencidas e já de há muitas não pagas; a lei não impede tal procedimento, mas, contabilmente, isto provoca uma distorção na evidência de liquidez, por

considerar como “realizações em dinheiro e em curto prazo” aquilo que não se consegue receber.

Quando, todavia, a prática de um ato pode acobertar um delito grave, aí sim, entendo, o profissional deve recusar-se a ser conivente ou a participar de conluíus que possam prejudicar visivelmente terceiros.

Para em períodos de crises de empregos, quando os países enfrentam altos graus de desocupação, perder um lugar é perder muito. Sabemos, todavia, também, que as deformações morais terminam por torturar o Ser por sua própria Consciência, além de sujeita-los a riscos sérios quanto a seu conceito.

No Brasil, se os direitos do emprego se defendem nas associações e sindicatos, na Justiça do Trabalho, por outro lado, os do comportamento moral do profissional ainda não conseguiram uma posição conveniente e definida.

Há muito que ser explorado e normalizado em relação ao posicionamento ético e profissional do empregado, quanto aos aspectos de sua conduta.

No entanto nesta ambiência do emprego, o que normalmente o empregado tem como deveres profissionais éticos são as práticas usuais da virtude: zelo, discrição, pontualidade, disciplina, sigilo, honradez etc.

Ao falar de empresas que vivem dentro de princípios sadios e conscientes de seu papel social, o empregado deve estar motivado a crer na tarefa que lhe atribuem e em seu próprio desempenho; deve aceitar convicto a idéia de que sem a aludida tarefa a empresa não estaria completa em suas funções; quando esta é a mentalidade de que existe um compromisso com a eficácia, o profissional, também instintivamente, cumpre suas obrigações com adequação ética.

O profissional ético, como empregado, tem sua ética volvida ao compromisso com as finalidades empresariais ou institucionais específicas, em geral, e, em especial, dentro dos limites de sua responsabilidade e autoridade.

As condutas possuem, portanto, os limites de sua ambiência. Devem adaptar-se ao exigível para o desempenho das tarefas. Cada função de labor tem suas características.

As virtudes pétreas, comuns a todos os desempenhos (zelo, honradez, pontualidade etc), conservam-se intactas, mesmo na condição de emprego, *pois a moral não é algo que se transfere pelo fato de estar-se empregado ou subordinado.*

A ambiência do emprego, outrossim, pode ter motivações especiais e exigir outras formas virtuosas de conduta, específicas. Ninguém deve violentar-se com

atos indignos sob a capa de que foi mandado fazer, mas também precisa, com dignidade, aceitar o desempenho de seu papel como um ideal fosse. Trabalhar para apenas se remunerar, quase sempre compromete a qualidade do serviço.

O emprego pode transformar-se em um estímulo de vida para o profissional, de modo que este se identifique com ele e suas virtudes de berço passam a ser transplantadas para toda a sua tarefa, preocupado que fica em fazer o melhor.

A forma positiva provém da identidade entre a ambiência funcional e o ideal que ela motivou, de modo a transformar-se em um dever ético.

5.2. Evolução do Conceito de Ética nos Negócios e nas Empresas*

5.2.1. Ética Profissional e Ética Empresarial

Enquanto a *ética profissional*³ está voltada para as profissões, os profissionais, associações e entidades de classe do setor correspondente, a *ética empresarial* atinge as empresas e organizações em geral. A empresa necessita desenvolver-se de tal forma que a ética, a conduta ética de seus integrantes, bem como os valores e convicções primários da organização se tornem parte da sua cultura.

Assim, vale a pena conhecer como evoluiu o conceito de ética nas empresas e nos negócios.

a) Década de 60:

- Debates ocorridos nos países, especialmente de origem alemã, envolvendo preocupação com a ética.
- Intuito de elevar o trabalhador à condição de participante dos Conselhos de Administração das organizações.

Uma das primeiras preocupações éticas no âmbito empresarial de que se tem conhecimento revela-se pelos debates ocorridos especialmente nos países de origem alemã, na década de 60. Pretendeu-se elevar o trabalhador à condição de participante dos conselhos de administração das organizações.

b) Década de 60/70

- Toma impulso o ensino da ética nas Faculdades de Administração e Negócios.

³ [www.etica empresarial.com. br](http://www.eticaempresarial.com.br)

- Contribuição dos Filósofos.
- Nova dimensão na realidade dos negócios: ética empresarial.

O ensino da Ética em faculdades de Administração e Negócios tomou impulso nas décadas de 60 e 70, principalmente nos Estados Unidos, quando alguns filósofos vieram trazer sua contribuição. Ao complementar sua formação com a vivência empresarial, aplicando os conceitos de Ética à realidade dos negócios, surgiu uma nova dimensão: a Ética Empresarial.

c) Década de 70

- Primeira pesquisa junto a empresários.
- Expansão das multinacionais oriundas dos EUA e Europa.
- Conflito entre os padrões éticos de diversas culturas incentiva a criação de códigos de ética corporativos.

Os primeiros estudos de Ética nos Negócios remontam aos anos 70, quando nos Estados Unidos o Prof. Raymond Baumhart realizou a primeira pesquisa sobre o tema, junto a empresários. Nessa época, o enfoque dado à Ética nos Negócios residia na conduta Ética Pessoal e Profissional.

Nesse mesmo período, ocorreu a expansão das multinacionais oriundas principalmente dos Estados Unidos e da Europa, com a abertura de subsidiárias em todos os continentes. Nos novos países em que passaram a operar, choques culturais e outras formas de fazer negócios conflitavam, por vezes, com os padrões de ética das matrizes dessas companhias, fato que incentivou a criação de códigos de ética corporativos.

d) Década de 80:

- Esforços isolados de Professores Universitários nos EUA e Europa – Faculdades de Administração e Programas de MBA.
- Surge a primeira revista científica: "Journal of Business Ethics".

Durante a década de 80 foram notados, ainda, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, esforços isolados, principalmente de professores universitários, que se dedicaram ao ensino da Ética nos Negócios em faculdades de Administração, e em programas de MBA – Máster Of Business Administration.

A primeira revista científica específica na área de administração, denominou-se: "Journal of Business Ethics".

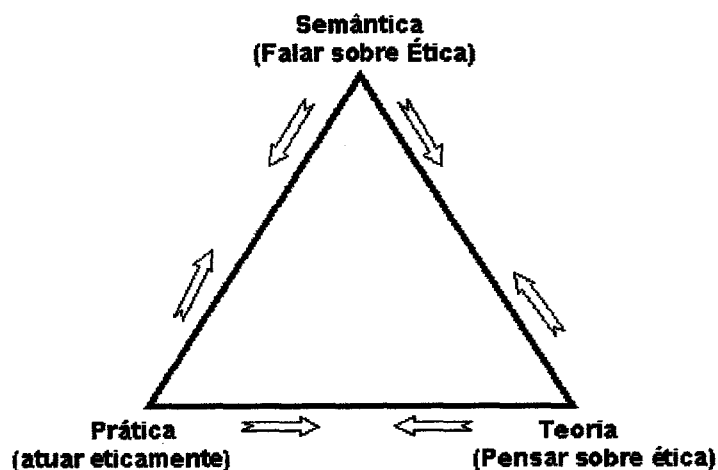
e) Década de 80/90

- Formam-se redes acadêmicas de estudo (ISBEE e EBEN) nos EUA e Europa, universalizando o conceito.
- Especialistas sistematizaram os enfoques perseguidos nos estudos de ética nos negócios nos cinco continentes.

No início da década de 90, redes acadêmicas foram formadas: a *Society for Business Ethics* nos EUA, e a *EBEN - European Business Ethics Network* na Europa, originando outras revistas especializadas, a *Business Ethics Quarterly* (1991) e a *Business Ethics: a European Review* (1992). As reuniões anuais destas associações permitiram avançar no estudo da Ética, tanto conceitualmente quanto em sua aplicação às empresas. Daí emergiu a publicação de duas enciclopédias, uma nos Estados Unidos e outra na Alemanha: *Encyclopedic Dictionary of Business Ethics* e *Lexikon der Wirtschaftsethik*.

Nesta mesma ocasião ampliou-se o escopo da Ética Empresarial, universalizando o conceito. Visando à formação de um fórum adequado para essa discussão foi criada a *ISBEE - International Society for Business, Economics, and Ethics*. O Prof. Georges Enderle, então na Universidade de St.Gallen, na Suíça, iniciou a elaboração da primeira pesquisa em âmbito global, apresentada no 1º Congresso Mundial da ISBEE, no Japão, em 1996. A rica contribuição de todos os continentes, regiões ou países, deu origem a publicações esclarecedoras, informativas e de profundidade científica.

Ressaltou-se a existência de três modos inter-relacionados de abordagem da ética no âmbito das empresas:



Alguns temas específicos se delinearam, como um foco de preocupação internacional: corrupção, liderança e as responsabilidades corporativas.

f) Fim do Milênio:

Criaram-se as ONGS (Organizações Não Governamentais) que desempenharam importante papel no desenvolvimento econômico, social e cultural de muitos países.(International Transparency).

- A abordagem Aristotélica dos negócios vem sendo recuperada.

A boa empresa não é apenas aquela que apresenta lucro, mas a que também oferece um ambiente moralmente gratificante, em que as pessoas boas podem desenvolver seus conhecimentos especializados e também suas virtudes.

5.3. Ética Empresarial Na América Latina

Esforços isolados estavam sendo empreendidos por pesquisadores e professores universitários, ao lado de subsidiárias de empresas multinacionais em toda a América Latina, quando o Brasil foi palco do I Congresso Latino Americano de Ética, Negócios e Economia, em julho de 1998. Nessa ocasião foi possível conhecer as iniciativas no campo da ética nos negócios, semelhanças e diferenças entre os vários países, especialmente da América do Sul.

Da troca de experiências acadêmicas e empresariais, da identificação criada entre os vários representantes de países latinos presentes, da perspectiva de se dar continuidade aos contatos para aprofundamento de pesquisas e sedimentação dos conhecimentos específicos da região em matéria de ética empresarial e econômica, emergiu a idéia de formação de uma rede. Foi, então, fundada a ALENE - Associação Latino-americana de Ética, Negócios e Economia.

5.4.Ética Empresarial No Brasil

Em São Paulo, a ESAN - Escola Superior de Administração de Negócios, primeira faculdade de administração do país, fundada em 1941, privilegiou o ensino da ética nos cursos de graduação desde o seu início.

Em 1992, o MEC-Ministério da Educação e Cultura sugeriu formalmente que todos os cursos de administração, em nível de graduação e pós-graduação, incluíssem em seu currículo a disciplina de ética. Nessa ocasião, o CRA-Conselho

Regional de Administração e a Fundação FIDES reuniram em São Paulo mais de cem representantes de faculdades de administração, que se comprometeram a seguir a instrução do MEC.

Em 1992, a Fundação FIDES desenvolveu uma sólida pesquisa sobre a Ética nas Empresas Brasileiras.

Também, em 1992, a Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, criou o CENE-Centro de Estudos de Ética nos Negócios. Depois de vários projetos de pesquisa desenvolvidos com empresas, os próprios estudantes da EAESP-FGV - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, solicitaram a ampliação do escopo do CENE, para abarcar organizações do governo e não governamentais. Assim, a partir de 1997, o CENE passou a ser denominado Centro de Estudos de Ética nas Organizações e introduziu novos projetos em suas atividades.

O CENE-EAESP-FGV foi um pólo de irradiação da ética empresarial, por suas intensas realizações no Brasil e no exterior: ensino, pesquisas, publicações e eventos.

5.5. Ética em Finanças

Filósofos⁴, administradores e economistas estudam a riqueza e comportamento humano com uma relação entre fins e meios escassos que tem usos alternativos. O que é administração financeira senão gestão de recursos para usos alternativos de riquezas?

É preciso que empresas, políticas e normas assegurem que sejam atendidas as necessidades humanas de bens e serviços escassos, possibilitando o desenvolvimento das pessoas, individualmente e em relação à sociedade. Esse é o valor da riqueza, em seu mais profundo sentido. É dentro desse conceito que um empreendimento não lucrativo, ou que não apresente resultados, poderia com bastante certeza ser tratado como não ético.

Muitos profissionais parecem despertar para a ética em finanças no momento em que grandes escândalos são divulgados. No dia-a-dia, porém, se as transações financeiras não estiverem apoiadas em determinadas regras e

⁴ Arruda; Maria Cecilia Coutinho e outros. "*Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica*" São Paulo, Atlas, 2001.

comportamentos morais, o mercado se ressentirá e a impressão de oportunismo poderá comprometer negativamente os investimentos de muitos cidadãos, de empresas e de instituições financeiras.

Enquanto na administração financeira buscam-se os meios, na ética se buscam os fins. Assim, um administrador financeiro cabe a tarefa de, entre as inúmeras opções que tem, escolher a que maximize a riqueza dos acionistas ou investidores, considerando as conseqüências éticas dessa ação.

A ética é necessária no ramo de serviços financeiros. Os produtos são desenvolvidos para atender às necessidades das pessoas e seu marketing deve ser feito de maneira responsável, sem táticas coercitivas ou enganosas. Corretores e instituições devem gozar da reputação de comportamento ético para atrair a confiança dos clientes, da mesma forma que os médicos e advogados.

Em qualquer situação, na área de finanças de uma corporação, ou como funcionário de uma instituição financeira, a ética das virtudes parece constituir um bom norte para a atividade financeira.

Na área financeira, em que muitas leis e regulamentos já existem, vários códigos da ética profissional (Instituto Brasileiro de Executivos e Finanças – IBEP) e diretrizes setoriais (Banco Central do Brasil), assim será mencionado e reforçado a visão da ética como ciência comportamental, prática, lembrando a característica racional livre do ser humano, capaz de ações morais.

A gestão de negócios em geral, e de modo mais concreto na área financeira, preocupa-se em ser ética não porque gere lucros, mas porque ela acontece entre seres humanos, os quais em quaisquer circunstâncias deve agir corretamente, com independência em relação às conseqüências dessa atuação.

Para evitar qualquer tipo de coação, o administrador deve informar seus clientes, de forma correta e compreensível, a respeito das condições para aplicar em diferentes operações, permitindo a ele estabelecer uma comparação entre as várias possibilidades e tomar uma decisão com liberdade.

O poder inerente à área financeira de uma empresa, ou a uma instituição do mercado financeiro, pode ser empregado de maneira distorcida, independentemente do porte da organização. A rentabilidade, e não o tamanho, é o fator gerador de riqueza ou renda. Assim, o poder não deve ser associado à quantidade de recursos outorgados, mas à faculdade de dar ou negar tais recursos, e isso de forma discricionária. Uma pessoa que solicite crédito a uma instituição financeira não pode

exigir que a concessão ou não do crédito esteja apoiada em frias condições objetivas.

O poder deve ser usado de forma racional, não autorizando créditos por capricho, mas as pessoas ou instituições que pareçam reunir condições para merece-lo, após minuciosa e responsável avaliação dos projetos em si.

Uma empresa financeira, ou área financeira de uma organização está fazendo uso de seu poder para discriminar as empresas de forma construtiva, indo além do critério de solvência e capacidade de devolução dos valores de crédito. Esta organização pode encaminhar sua poupança para projetos eficazes, que gerem maior crescimento econômico. A discriminação de projetos em empresas implica deixar de lado outros investimentos mais eficazes e talvez ocasione o encerramento de operações de uma organização que, por falta de criatividade inovadora, parece satisfazer –se com a rotina de ramos mais amadurecidos da economia. O bem comum, princípio e conceito tipicamente ético deve ser considerado e preservado nas decisões das instituições financeiras, assegurando seu bom uso de poder.

As virtudes principais para atividade financeira são a liberalidade e magnificência. Elas são esperadas em um administrador financeiro no que tange ao manejo de dinheiro. Na liberalidade tem como ação o uso moderado do dinheiro e magnificência a realização de grandes coisas com gastos proporcionais. Outra virtude é a prudência econômica, ou seja, uso da riqueza como instrumento e não como fim último. A veracidade, sendo o salvaguarda do patrimônio dos acionistas, em termos reais informação correta, clara e pontual aos acionistas. Austeridade, sobriedade, discrição, modéstia, representando o equilíbrio e moderação e finalmente a mansidão e clemência, sendo a garantia de boa administração dos bens de terceiros que são confiados a ele.

Alguns aspectos principais da atividade financeira são: informação correta e imparcial, restaurar a confiança, gestão de riscos, concepção dos objetivos de finanças, sentido ético geral da sociedade.

6. CÓDIGO DE ÉTICA

5.1. Conceito

O Código de ética⁵ é um instrumento de realização dos princípios, visão e missão da empresa. Serve para orientar as ações de seus colaboradores e explicitar a postura social da empresa em face dos diferentes públicos com os quais interage. É da máxima importância que seu conteúdo seja refletido nas atitudes das pessoas a que se dirige e encontre respaldo na alta administração da empresa, que tanto quanto o último empregado contratado tem a responsabilidade de vivenciá-lo.

Para definir sua ética, sua forma de atuar no mercado, cada empresa precisa saber o que deseja fazer e o que espera de cada um dos funcionários. As empresas, assim como as pessoas têm características próprias e singulares. Por essa razão os códigos de ética devem ser concebidos por cada empresa que deseja dispor desse instrumento. Códigos de ética de outras empresas podem servir de referência, mas não servem para expressar a vontade e cultura da empresa que pretende implantá-lo.

O próprio processo de implantação do código de ética cria um mecanismo de sensibilização de todos os interessados, pela reflexão e troca de idéias que supõe.

O conteúdo do código de ética é formado de um conjunto de políticas e práticas específicas, abrangendo os campos mais vulneráveis. Este material é reunido em um relatório de fácil compreensão para que possa circular adequadamente entre todos os interessados. Uma vez aprimorado com sugestões e críticas de todos os envolvidos o relatório dará origem a um documento que servirá de parâmetro para determinados comportamentos, tornando claras as responsabilidades.

Efetuada um expurgo, determinadas assertivas serão aproveitadas para a criação de um código de ética, enquanto outras podem servir para um Manual de ética. Várias organizações têm optado por definir com clareza, no código, ações disciplinares em casos de violação dos artigos. Muitas vezes o descumprimento das

⁵ idem, ibidem: Arruda; Maria Cecília Coutinho e outros. "Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica" São Paulo, Atlas, 2001.

determinações contidas no código de ética podem ser passíveis de punições já previstas nas legislações trabalhistas, de responsabilidade civil, penal e outras.

Entre os inúmeros tópicos abordados no código de ética, predominam alguns como respeito às leis do país, conflitos de interesse, proteção do patrimônio da instituição, transparência nas comunicações internas e com os *stakeholders* da organização, denúncia, prática de suborno e corrupção em geral.

As relações com os funcionários, desde o processo de contratação, desenvolvimento profissional, lealdade entre os funcionários, respeito entre chefes e subordinados, saúde e segurança, comportamento da empresa nas demissões, entretenimento e viagem, propriedade da informação, assédio profissional e sexual, alcoolismo, uso de drogas, entre outros, são aspectos que costumam ser abordados em todos os códigos.

Dentre os problemas éticos de maior conhecimento público estão aqueles referentes às relações com os consumidores, e sujeitos aos enquadramentos da lei de defesa do consumidor, incluindo-se práticas de marketing, propaganda e comunicação, qualidade do atendimento e reparações no caso de serem causados danos.

Quanto à cadeia produtiva, envolvendo fornecedores e empresas terceirizadas, o código de ética pode estabelecer condutas de responsabilidade social, respeito à legislação, eventual conduta restritiva, bem como estimular a melhoria dos parceiros visando um crescimento profissional e mercadológico conjunto.

O código de ética pode também fazer referência à participação da empresa na comunidade, dando diretrizes sobre as relações com o sindicatos, outros órgãos da esfera pública, relações com o governo, entre outras.

Um aspecto extremamente atual é o da privacidade de informações, que atinge particularmente funcionários, fornecedores e consumidores. Importa levar-se em conta a sofisticada tecnologia disponível das gravações, filmagens e outros recursos de telefonia, informática e comunicação.

Relações com acionistas, estabelecimento de políticas de convivência com os concorrentes, também são pontos que devem constar do código de ética.

6.2. Vantagens

O código de ética de uma instituição seja ela governo, empresa, ou ONG- Organização não governamental, teoricamente só pode ser vantajoso para os seus

vários públicos com os quais interage, eis que fortalece a imagem da organização. Enquanto muitos executivos apenas vêem um modismo capaz de capitalizar benefícios ou dividendos, outros têm se desdobrado para criar um instrumento genuíno, com adesão voluntária de todos os integrantes da organização, incorporando de maneira natural e profissional os princípios éticos da instituição.

A adoção de um código de ética é uma ótima oportunidade de aumentar a integração entre os funcionários da empresa e estimular o comprometimento deles. Ademais, o código de ética permite a uniformização de critérios na empresa, dando respaldo para aqueles que devem tomar decisões. Serve de parâmetro para a solução dos conflitos. Protege, de um lado, o trabalhador que se apóia na cultura da empresa refletida nas disposições do código. De outro lado, serve de respaldo para a empresa, por ocasião da solução de problemas de desvio de conduta de algum colaborador, acionista, fornecedor ou outros.

O código de ética costuma trazer para a empresa harmonia, ordem, transparência, tranquilidade, em razão dos referenciais que cria, deixando um lastro decorrente do cumprimento de sua missão e de seus compromissos.

É absolutamente imprescindível que haja consistência e coerência entre o que está disposto no código de ética e o que se vive na organização. Caso contrário, ficaria patente uma falsidade que desfaz toda a imagem que a empresa pretende transmitir ao seu público.

Essa é a grande desvantagem do código de ética.

Há, ainda, aqueles que, considerando que a consciência ética dos integrantes de uma organização, desde os mais altos executivos até o mais simples funcionário, é um patrimônio do indivíduo, defendem a desnecessidade de se implantar códigos de ética, já que a atuação de cada um propiciará, por via de consequência, um ambiente ético.

Com efeito, a conduta ética das empresas é o reflexo da conduta de seus profissionais. Tal conduta não se limita ao mero cumprimento da legislação, sendo o resultado da soma dos princípios morais de cada um de seus integrantes. Assim como a educação, a ética vem do berço. A conduta ética, portanto, que se espera das empresas vai muito além do simples cumprimento da lei, mesmo porque, pode haver leis que sejam antiéticas ou imorais. Importa que os homens de negócios sejam bem formados, que os profissionais sejam treinados, pois o cerne da questão

está na formação pessoal. Caso contrário, a implantação do código de ética será inócua.

7. ÉTICA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

7.1. Ética e Tecnologia

A tecnologia⁶ invadiu as três atividades humanas fundamentais conforme a sistematização de Hannah Arendt. Labor, trabalho e ação foram completamente modificadas no último século, a tal ponto que até a mais privada de todas as atividades humanas, o labor tornou-se pública.

Se em outro tempo se poderia dizer que a condição humana do labor é a própria vida, ou seja, o processo biológico do corpo humano cujo desenvolvimento e declínio dependem da satisfação das atividades básicas atendidas pela atividade laborativa, hoje, este processo elementar já tem uma dependência íntima com o conhecimento tecnológico.

O homem mais humilde, desprovido de ambição do acúmulo de riqueza, vivendo numa sociedade razoavelmente organizada já não mais consegue cumprir apenas a sua atividade laborativa. As leis e diretrizes sociais obrigam-no a compromissos que o excedente da sua atividade laborativa não atenderá. A sua alimentação, que ele mesmo produz por meio de uma agricultura primitiva, talvez não consiga atingir um valor no mercado, de tal forma que, o excedente sendo vendido, não será suficiente para que ele pague as taxas e impostos da "sua propriedade". Até mesmo a água que ele bebe, seja de um poço, ou de um sistema de captação e distribuição, sofre um controle tecnológico. A sua composição deve ser avaliada por uma instituição tecnicamente competente. A quantidade de micróbios desta água tem de estar dentro de um limite aceitável. Ele pode até ser obrigado a se mudar do lugar que escolhera para viver, se os controladores do meio ambiente concluírem que o ar por ele respirado tem uma concentração muito alta de dióxido de carbono. O destino dos seus dejetos não mais lhe cabe decidir. Eles terão de ser encaminhados a um sistema adequado de drenagem e terminarão numa usina de compostagem, onde se transformarão em fertilizante biodegradável. No seu isolamento, sequer uma atitude estóica, de convívio com a dor, lhe é permitida. A dor, reflexo de uma enfermidade de causa desconhecida, implicará numa investigação profunda, para que se afaste o perigo de eclosão de uma epidemia. Ele será radiografado, tomografado, sonorizado e ressonorizado magneticamente. Todos os líquidos do seu corpo serão cientificamente caracterizados. Ele poderá, ao

⁶ Caboclo; José Liberato Ferreira. Ética e Tecnologia.

fim de todos esses exames, ser geneticamente aconselhado a não ter filhos. A sua capacidade de reproduzir foi cerceada tecnicamente. Talvez ele possa até ter filhos, desde que a sua mulher faça um exame especial para afastar a possibilidade de uma segregação perigosa de gens. A tecnologia permite que ele "escolha adequadamente o seu objeto ideal. Melhor que os seus sentimentos".

Viver simplesmente a vida passou a ter um custo que a simples atividade laborativa não consegue atender. Em toda a história da humanidade, nenhum ditador, nenhum império exerceu um tamanho domínio sobre o homem. Não mais existe a possibilidade de se viver em contato com a natureza sem a pretensão de dela não se apropriar.

A ética do desenvolvimento tecnológico se fundamenta numa existência mais longa e mais prazerosa. O prazer, no entanto, jamais é atingido numa atitude passivo. A tecnologia imposta, num sistema de acumulação de riqueza, perde seu significado ético, porque, de modo contraditório, gera um sofrimento infrene. O desenvolvimento tecnológico industrial nada tem a ver com um índio, que um dia à beira de um, rio, observando o seu curso, percebe que as escamas do peixe brilham sob a luz solar. Aprende a pescá-lo com a mão e corre para a sua taba, carregado de piramutabas. E difunde para toda a sua tribo a sua descoberta, além de com eles compartilhar o incremento da produtividade decorrente do progresso tecnológico. Singelamente aquele indígena definiu a subordinação da técnica ao modo de produção, o caráter ético, a função social e a apropriação social do progresso técnico.

A perda quase total de significação da atividade laborativa é um dos fatores principais de nossa desagregação social. A migração das populações rurais e a prostituição feminina decorrem da extinção da chamada economia de subsistência.

Os migrantes para os centros urbanos vão contrair sócios na sua atividade laborativa (empregada doméstica), que lhes permite viver sem evoluir para um trabalho que não existe ou para o qual não têm competência ou, pelo menos, competitividade. Em outras situações mascaram uma atividade laborativa, como se fosse um trabalho, posto que vendem sua força por um preço inferior ao custo e custeio da máquina (servente de pedreiro).

Finalmente, promovem a ausência de dor por falta de afeto, perspectiva de felicidade, dentro da existência privada do indivíduo isolado do mundo (prostituição).

Na esfera do trabalho, o avanço tecnológico melhorou a qualidade de vida na

medida em que diminuiu a dor corporal, reduziu a utilização da força física e com isto absorveu maior contingente humano, facilitou o aprendizado, aproximou o homem a distancia e reduziu as especulações esotéricas. No entanto, a tecnologia deu ensejo a emoções negativas, excluiu humanos não competitivos, diminuiu a criatividade humana, distanciou os homens na sua proximidade e aumentou o misticismo não religioso. Mas muitas vezes se confundem as distorções trazidas pela tecnologia com as incorreções de governos não democráticos. Há que se distinguir a origem das imperfeições.

Negar a aquisição de tecnologia a uma sociedade, seu domínio e sua implementação são condená-la a um estado de submissão e de empobrecimento inexorável.

Dominar uma tecnologia nada tem a ver com a sua aplicação imediata, sem se considerar sua aplicação imediata, sem se considerar outros fatores condicionantes.

O domínio tecnológico envolve investimentos em pesquisa.

Em qualquer nação organizada, este investimento deve ser feito sob o controle da sociedade. Esta é uma atitude ética. É uma interpretação errônea presumir que a liberdade criativa deva ser assegurada para que a pesquisa possa se desenvolver mais plenamente. Não se pode de modo algum submeter a vontade coletiva aos desejos individuais. O que parece ser uma posição liberal, na realidade, transforma-se numa típica atitude nazista. Nada justifica uma atitude procrastinatória em relação à aquisição de tecnologia. Não existe limite para o investimento. O que se deve limitar é a abrangência da aplicação do avanço tecnológico. O acesso ao progresso tecnológico deve ser eticamente estabelecido por parâmetros de prioridade. Infelizmente a não-fixação de limites de demanda impede a investigação vertical. Uns poucos são contemplados em curto prazo. A médio e longo prazo todos perdem. Teme-se enfrentar uma realidade indesejável, não tanto pela sua inexorabilidade, mais muito mais por atitude de onipotência, elaborada como se fosse uma posição idealista. Procura-se uma explicação conjuntural para a impossibilidade e se perde tempo e energia num preciosismo ridículo. Pesquisa não se faz num só projeto, nem muito menos numa só geração. A pesquisa deve ser uma atividade continua, não condicionada a verbas flutuantes, nem muito menos dependente de paixões pessoais.

Numa sociedade heterogênea, em que diferentes segmentos se encontram em fases assíncronas de desenvolvimento, deve-se fugir da atitude escapista que postule a satisfação prioritária das necessidades básicas antes de "se aventurar" em projetos mais avançados. Se existe alguma aventura, é a teimosia em se querer negar que muito da defasagem no desenvolvimento se deve justamente à submissão tecnológica. E mais, é querer negar que o avanço tecnológico pressupõe a simplificação dos modelos, tornando-os mais acessíveis às comunidades mais atrasadas.

Um programa nuclear deve ser pesquisado com obstinação. Se não existem recursos para a montagem de uma usina termonuclear, que se construa um pequeno reator até mesmo para finalidade didática, de tal forma que os cientistas dos pais possam apreender a evolução dos conhecimentos. O mesmo deve ocorrer em todas as áreas do desenvolvimento tecnológico: fibra ótica, supercondutores, biotecnologia, químico-farmacêutica.

O não-desenvolvimento tecnológico é antiético, na medida em que torna uma sociedade definitivamente subordinada aos interesses imperialistas de outras nações. Não se pode mais aceitar velhas teses da harmonia de objetivos, que é a característica básica da economia clássica. Mesmo os liberais admitiram a existência de um único objetivo, como se houvesse uma mão invisível a produzir a harmonia dos vários interesses. De modo diferente, Marx encarou a realidade do conflito e anteviu a hipotética ficção da harmonia. A sociedade pós-moderna tem mostrado uma característica não prevista. Os segmentos mais privilegiados assumiram uma atitude de conformismo ante a evolução tecnológica, de tal forma como se dissesse - vamos para a festa, assim já está bom. Este neoconservadorismo é designado por apelidos notáveis - preservação do planeta, conservação ambiental, respeito aos códigos morais e religiosos. Chega-se mesmo a se contar como atos heréticos certas práticas da engenharia genética. Não é ético limitar o conhecimento humano. Mais uma vez cabe à sociedade disciplinar seu uso.

Durante muito tempo a cultura ocidental judaico-cristã aceitou o postulado platônico da criatividade humana, segundo o qual toda invenção é um ato do pensamento. E o pensamento é um atributo de Deus, que é um ser infinito pensante, completaria Spinoza. A velha tese Aristotélica de que a criatividade humana decorre apenas e tão-somente de um sem número de percepções que modulam o pensamento foi rejeitada pelos ideólogos das religiões cristãs. Muito antes da

descoberta do inconsciente, Agostinho e Nicolaus de Cosa entenderam que o trabalho criativo está intimamente relacionado à capacidade emocional do amor e da paixão. É dentro desta concepção que se pode admitir uma perfeita conciliação ética entre o avanço tecnológico e a harmonia da sociedade. Não se trata de se exigir uma homogeneização da sociedade, graças à adoção de políticas que incluam a potencialidade de todos. Esta pseudovisão marxista levaria fatalmente a sociedade a uma estagnação e submissão irreversíveis. Cumpre antes ensejar o desenvolvimento tecnológico e delimitar a sua implementação aos segmentos cujo estágio cultural de desenvolvimento o permita. A tabuada deve conviver com o supercomputador, o míssil com o estilingue, o transplante com a pajelança, a máquina de lavar roupa com a tina da beira do rio, o alimento congelado com o feijão da panela de barro preparado no velho fogão de lenha. A atitude ética que permite a fusão destas realidades é a educação.

A imposição⁷ de uma tecnologia a uma sociedade que não teve uma educação adequada para recebê-la tem provocado os maiores desastres para a humanidade. Levaram, por exemplo, jovens a matarem milhões de míseros camponeses asiáticos, na presunção de que eles representavam uma grande ameaça para a democracia do novo mundo. Esta educação deve obrigatoriamente priorizar o aprendizado de atitudes coletivas de respeito humano, segundo a tábua dos mandamentos os mais sagrados. Tudo dentro da proposição de Spinoza - todas as idéias, enquanto se referem a Deus, são verdadeiras!

7.2. Declaração do Rio de Janeiro sobre Ética em Ciência e Tecnologia

Mencionamos abaixo um artigo na Internet, que menciona itens discutidos com relação a ciência e tecnologia, referendando em especial os limites que a ética estabelece à elaboração e emprego do conhecimento científico. Estavam presentes os Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia da América do Sul, reunidos no Rio de Janeiro, neste dia 4 de dezembro de 2003. Os Países participantes foram: Brasil, Argentina, Paraguai, Colômbia e Peru.

Foi considerado:

A Declaração sobre o uso do conhecimento científico, assinada em Budapeste, em 1999, que inseriu a ciência no seu contexto social e internacional

⁷ Idem, ibidem: Caboclo; José Liberato Ferreira. Ética e Tecnologia.

como instrumento de bem-estar dos povos e convocou todos os países a trabalhar em favor da humanidade;

O avassalador processo de globalização econômica e o crescente impacto do desenvolvimento científico e das inovações tecnológicas nas nossas sociedades;

Que os países sul-americanos representados nesta reunião reconhecem a necessidade de que, na elaboração de suas políticas de gestão do desenvolvimento científico e tecnológico, se confira especial atenção às implicações éticas, de tal forma que princípios nela fundamentados sirvam de orientação aos esforços para lograr o bem-estar dos seus povos e a autonomia de suas nações;

Que a aplicação mais democrática e abrangente desse conhecimento requer projetos nacionais e regionais de desenvolvimento que inclua toda a sociedade;

Que tais projetos devem ser vistos da harmônica perspectiva dos interesses internacionais comuns de nossos povos, a fim de fazer face à escala em que se dá a globalização nos âmbitos da ciência, tecnologia, economia, política e cultura;

Que a consciência ética e humana que se avoluma no seio das nossas sociedades nos impele a dar prioridade, na distribuição dos benefícios do conhecimento a todos, especialmente às crianças e mulheres, assim como aos excluídos e marginalizados de todos os matizes, e a produção do conhecimento gerado pelas mulheres;

Que os princípios da democracia e da justiça social devem reger as relações internacionais, servindo de marco orientador para a convivência entre países, nações e povos;

Que a democracia, a independência e o respeito às diferenças individuais e regionais, ao direito e à luta pela paz devem refletir, dentro de nossos países, a mesma luta pela liberdade, pelo respeito aos direitos humanos e, fundamentalmente, pelo acesso de todos aos benefícios intangíveis e práticos do conhecimento humano, na cultura, na arte, na ciência e na tecnologia, através da educação e da democratização dos frutos do desenvolvimento econômico;

Que devemos defender um sistema internacional que eleja o combate à fome e à exclusão, inclusive e especialmente a exclusão do conhecimento, sob todas as suas formas, como sua mais alta prioridade, e que promova a educação universal de qualidade e assegure os direitos de todos à saúde, à educação e à moradia e, ao mesmo tempo, impeça o abuso de poder, condene a discriminação, denuncie a

intolerância e todas as condições e interesses que possam conduzir à guerra e à quebra das estruturas democráticas;

Que se deve promover o livre acesso ao conhecimento científico e à efetiva participação na sua criação original, assim como no desenvolvimento e inovações tecnológicas que permitam a integração de nossos esforços nas direções mencionadas, especialmente no que concerne o estabelecimento de uma rede efetiva de cooperação científica e tecnológica;

Reconhecendo que o componente científico-tecnológico conforma a base da chamada “economia do conhecimento” – a economia do terceiro milênio – e que uma maior capacitação científico-tecnológica permitirá a inclusão nessa economia, e, portanto, no desenvolvimento; e,

Tendo presente as limitações impostas pelas regras internacionais de comércio, que, na maioria das vezes, não levam em conta os interesses dos países em desenvolvimento e de suas populações, e que, além disso, enfrentarão a ação competitiva dos países detentores de tecnologia e de suas empresas transnacionais, principais beneficiárias da chamada “globalização”.

Foi recomendado nesta conferência:

Que as atividades precursoras da ciência e tecnologia, tais como educação, pesquisa científica, cultura e desenvolvimento tecnológico sejam reconhecidos e tratados como bens públicos, e que haja um esforço de difusão do conhecimento, colocando-o à disposição da humanidade, em especial das comunidades do Terceiro Mundo;

Que os governos da Região apóiem a UNESCO em suas gestões para lograr que os setores e as atividades que constituem a “economia do conhecimento” (educação, ciência e cultura) contribuam para promover o desenvolvimento sócio-econômico, com o propósito de assegurar a efetiva democratização dos componentes do conhecimento gerados pela indústria digital e a flexibilização das práticas comerciais aplicadas ao regime internacional dos direitos de propriedade intelectual, em especial os que se aplicam à saúde pública; Que os governos dediquem maior atenção ao tratamento dado à ciência e tecnologia no contexto das regras e negociações comerciais internacionais, adotando novos enfoques críticos das regras em vigor e gerando propostas inovadoras que ampliem o acesso dos países da Região ao conhecimento e a seus benefícios;

Que nossos governos promovam e estimulem a disseminação da informação e do conhecimento a partir de investimentos significativos em P&D, na ciência da informação e da computação, na robótica e informática, em software e hardware, e em tecnologia, popularizando fontes e meios de informação e seu acesso universal a todos os cidadãos;

Que nossos governos promovam a massificação do uso do software e sua produção, buscando autonomia em seu manejo e a redução de custos nos países da Região;

Que se estabeleçam grupos nacionais e regionais de pesquisa com propósito de estudar alternativas para produzir computadores individuais de baixo custo, com vistas a alcançar a universalização do seu uso, bem como realizar projetos de cooperação regional nesse campo.

Que se dê atenção ao tratamento não-proprietário do software, transmissões e outras tecnologias digitais indispensáveis para assegurar a diversidade lingüístico-cultural dos países com menor representação relativa na Internet e no tratamento eletrônico de bases de dados;

Que se crie uma rede internacional do conhecimento científico e tecnológico de natureza pública e acesso gratuito, vinculada, inclusive, a bases de dados sobre patentes e invenções;

Que se estabeleça um fundo para a promoção da educação, ciência e cultura no ciberespaço, em apoio às redes de escolas públicas, universidades e institutos de pesquisa dos países da Região, cujo objetivo seria promover a valorização da ciência nas escolas e sua popularização;

Que se promova a proteção dos direitos e liberdades individuais nas ações relativas ao combate ao terrorismo e à promoção de uma cultura de cibersegurança; que se trabalhe em prol da criação de um consenso internacional para a conversão de uma parcela do serviço da dívida externa dos países em desenvolvimento para a amortização dos investimentos nacionais em ciência e tecnologia;

Que nossos governos contemplem, na formação de recursos humanos, o desenvolvimento de competências que permitam às pessoas ter acesso a novos conhecimentos, que possibilitem a sua inserção produtiva em novos setores, quando a mudança tecnológica assim o exigir;

Que se reitere o compromisso de criar espaços de cooperação em ciência e tecnologia entre nossos países, tanto no setor público como no privado, tendo em conta os desafios éticos, políticos, sociais e econômicos que enfrentam;

Que se reconheça o papel fundamental dos organismos especializados do Sistema das Nações Unidas, particularmente a UNESCO, no apoio à elaboração de políticas efetivas e de diretrizes no campo da ética da Ciência e Tecnologia e na cooperação técnica, através do intercâmbio de especialistas internacionais, programas de mobilização de recursos para a promoção de enfoques interdisciplinares integrados da cooperação para o desenvolvimento em ciência e tecnologia, e para a transferência do conhecimento tecnológico;

Que se reconheça e apóie o trabalho da UNESCO no campo da Ética da Ciência e Tecnologia, e seu papel como ponto focal e interlocutor legítimo no debate mundial sobre esta matéria;

Que se apóie o estabelecimento, pela UNESCO, de um mecanismo que integre e proponha o diálogo sobre temas relacionados à Ética da Ciência e Tecnologia entre nossos Governos, que promova a criação e inclusão de programas para o ensino da Ética na educação básica, média e superior, e para a formação de docentes nessa área; e que se apóie a formação de uma rede de instituições governamentais e não-governamentais nesta mesma área.

Que se reconheça o trabalho da COMEST, como órgão independente de assessoramento da UNESCO em matéria de Ética em Ciência e Tecnologia, e que seja ampliada a participação nessa Comissão com a inclusão de representantes de todos os continentes;

Que se examinem as recomendações emanadas da COMEST nos setores, entre outros, do ensino da ética, do espaço exterior, energia e água, a fim de reforçar e inserir, onde se faça necessário essa reflexão ética nas políticas nacionais e regionais, nas estratégias e nos projetos;

Que se inste os Estados, as organizações e as instituições interessadas em promover e aprofundar a reflexão sobre a ética da ciência para criar comissões nacionais e institucionais de ética científica;

Que se inste os Estados a pôr em vigor, no mais breve prazo possível, a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, aprovada em 1997 na Assembléia Geral das Nações Unidas;

E que se apóie a Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos, aprovados na 32ª Conferência Gerais da UNESCO.

Assim, os Ministros e Altas Autoridades de Ciência e Tecnologia da América do Sul, reunidos no Rio de Janeiro, solicitam aos Chefes de Estado e de Governo que confirmem a crescente importância da dimensão ética da Ciência e Tecnologia para a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo, apoiando o fortalecimento da cooperação em matéria de Ciência e Tecnologia, sobretudo no que concerne às implicações éticas, entre os países da América do Sul, nos termos da presente Declaração.

Declaram os signatários concordar em transmitir esta Declaração ao Secretário Geral das Nações Unidas, bem como ao Diretor-Geral da UNESCO.

Começa acontecer no governo O Ciclo de Conferências foi criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia como um espaço para palestras semanais, onde a comunidade científica, a equipe técnica de Governo, o empresariado e a sociedade em geral discutirá a nova política de C&T a ser implementada no país. O debate inaugural foi liderado pelo Professor Eduardo Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e educação.

O Ministro Roberto Amaral ressaltou a importância do Ciclo de Conferências do MCT como um instrumento de integração entre a equipe do Ministério e o pensar de diversos outros setores da sociedade. "Nós queremos ouvir não só a Academia, os pesquisadores, mas também os representantes da comunidade não científica, o empresariado e todos aqueles que possam contribuir com suas reflexões", afirma o Ministro.

8. PROPRIEDADES INTELECTUAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O desenvolvimento tecnológico passou a envolver um outro tipo de dominação, o código da propriedade intelectual. A tecnologia industrial atualmente se encontra em discussão em quase todo o mundo em função de certas conquistas recentemente atingidas, e enfrenta problemas de natureza ética. O nosso país, por exemplo, há cerca de vinte anos deixou de reconhecer o direito de patente sobre produtos químicos farmacêuticos e sobre produtos nutritivos. O capital internacional agora tenta obter o direito de patente, não só para este tipo de produto, como também para os resultantes de processos biotecnológicos. Argumenta-se que o investimento em pesquisa é muito grande, nem sempre com retorno imediato e, portanto, o direito à patente se justifica ante a necessidade de se cobrir os custos de produção e poder-se continuar num processo de investigação, necessário à melhoria da qualidade de vida de toda a humanidade. Quando se pergunta se o preço do produto já não inclui estes gastos, a resposta é a de que a reprodução imitativa por um competidor impediria uma concorrência efetiva no mercado. Não deixa de ser paradoxal - o neoliberalismo pedindo a interferência do Estado para proteger a economia. Ou seja, o neoliberalismo aceita o Estado que defenda as suas incoerências. Quando se pergunta ainda por que a patente com direito à exploração monopolista não pode ser substituída pelo pagamento do *royalty*, a explicação é que seria impossível o controle da produção. Não há qualquer dúvida de que a patente poderá ser um artifício de estímulo ícompetitividade técnico-científica. Mas não se pode deixar de considerar o aspecto global do relacionamento econômico entre as diferentes sociedades. A ética não pode prevalecer em situações circunscritas. Antes deve nortear acordos bilaterais em que não só a propriedade intelectual, mas outros fatores devam ser equacionados.

Um organismo internacional do tipo Gatt, que regule todos os assuntos pertinentes à proteção industrial e agrícola, está fadado ao insucesso, posto que é impossível uma sistemática única que contemple as expectativas de países em fases diferentes de desenvolvimento. A patente seria mais bem regulamentada em acordos bilaterais, sendo a transferência de tecnologia uma determinante para uma posição consensual⁹.

⁹ Caboclo; José Liberato Ferreira. Ética e Tecnologia.

Do ponto de vista moral-filosófico a patente é antiética no conceito de Spinoza. Com efeito, o pensamento de Deus é infinito e o ato de pensar está em Deus. Não cabe tributar a criação divina.

8.1. O indivíduo na empresa: responsabilidades e expectativas

A parte interessada (*stakeholder*) mais maltratada no padrão das responsabilidades empresariais será talvez o empregado da empresa. Na teoria tradicional do mercado livre, o trabalho do empregado é ele próprio mais uma mercadoria, sujeita às leis da oferta e da procura. Mas enquanto que podemos vender a preço de saldo alfinetes ou peças de máquina que já não têm procura, ou simplesmente desfazermos-nos deles, o empregado é um ser humano, com necessidades e direitos muito reais e distintos do seu papel na produção ou no mercado. Um espaço de trabalho apertado e desconfortável ou longas e duras horas de trabalho podem reduzir as despesas ou aumentar a produtividade, e pagar salários de sobrevivência a empregados que, por uma razão ou outra, não podem, não se atrevem ou não sabem como se queixar pode aumentar os lucros, mas tais condições e práticas são hoje em dia reconhecidas por todos menos pelo mais empedernido "darwinista" como altamente antiéticas e legalmente injustificáveis. Mesmo assim, o modelo do trabalho como "mercadoria" ainda tem uma forte influência em muito do pensamento empresarial, tanto no que diz respeito a gestores e executivos como a trabalhadores, tanto especializados como indiferenciados. É por esta razão que muita da mais recente ética empresarial centrou a sua atenção em noções como os direitos dos empregados e, a partir de uma perspectiva bastante diferente, é também por esta razão que a velha noção de "lealdade à empresa" voltou a merecer atenção. Afinal, se uma empresa trata os seus empregados como meras peças descartáveis, ninguém pode ficar surpreendido se os empregados começarem a tratar a empresa com uma mera fonte transitória de salários e benefícios.

No entanto, a outra face deste quadro perturbador é a também renovada ênfase dada à noção de papéis e responsabilidades do empregado, uma das quais é a lealdade à empresa. Nunca é demais sublinhar que "lealdade" aqui é uma preocupação que funciona nos dois sentidos; o empregado pode, em virtude do seu emprego, ter obrigações especiais para com a empresa, mas a empresa tem por sua vez obrigações para com o empregado. Mas é perigoso colocar ênfase em conceitos

como "lealdade" sem esclarecer muito bem que a lealdade está ligada não apenas ao emprego em geral, mas também ao papel e responsabilidades particulares de cada um. Um papel, segundo R.S. Downie é "um aglomerado de deveres e direitos com algum tipo de função social" — neste caso, uma função na empresa (*Roles and Values*. p. 128). Há certos aspectos do papel e das responsabilidades de cada um que podem ser especificados num contrato de trabalho e na lei, mas muitos deles — por exemplo, os costumes locais, os padrões de deferência e outros aspectos daquilo a que há pouco chamamos "cultura empresarial" — só se tornam evidentes com o tempo e através do contacto com outros empregados. Mais ainda, não se trata simplesmente de "fazer o nosso trabalho" mas, por razões de ética e de economia, de fazer o nosso trabalho o melhor possível. A este respeito parece-me correto o que diz Norman Bowie: "Um trabalho nunca é apenas um trabalho". Tem também uma dimensão moral: orgulho no nosso produto, cooperação com os colegas e preocupação com o bem-estar da empresa. Mas, é claro, estas obrigações decorrentes do papel têm os seus limites (por mais que certos gestores tentem negar isto para sua conveniência). O comércio não é um fim em si, está ao invés inserido e é sustentado por uma sociedade que tem outras e mais importantes preocupações, normas e expectativas.

Ouvimos muitas vezes empregados (e até mesmo executivos de alto nível) queixarem-se de que os seus "valores empresariais estão em conflito com os seus valores pessoais". O que isto normalmente significa é que, sugiro que certas exigências feitas pelas empresas são antiéticas ou imorais. Aquilo a que a maior parte das pessoas chama os seus "valores pessoais" são de fato os valores mais profundos e amplos da sua cultura. E é neste contexto que devemos compreender a já familiar figura trágica da vida empresarial contemporânea — o denunciante. Este não é simplesmente um excêntrico que não consegue adaptar-se à organização que ameaça denunciar. O denunciante reconhece não ser capaz de tolerar a violação da moral ou da confiança pública e sente-se na obrigação de fazer alguma coisa. As biografias da maior parte dos denunciantes não são uma leitura agradável, mas a sua existência e ocasional sucesso testemunham amplamente as obrigações interligadas das empresas, dos indivíduos e da sociedade. Aliás, talvez o resultado particular mais importante da emergência da ética empresarial no espaço público tenha sido chamar a atenção para esses indivíduos e dar uma nova respeitabilidade àquilo que os seus empregadores vêem incorretamente como nada mais do que

falta de lealdade. Mas quando a exigência de fazer negócio entra em conflito com a moral ou o bem-estar da sociedade, são os negócios que têm que ceder, o que é, talvez, o fundamental da ética empresarial.

8.2. A empresa na sociedade: a idéia de responsabilidade social

O conceito central na maior parte da ética empresarial mais recente é a idéia de responsabilidade social. É também um conceito que tem irritado muitos dos entusiastas do mercado livre tradicional e promovido alguns argumentos incorretos ou enganadores. O mais famoso será talvez a diatribe do prêmio Nobel da Economia Milton Friedman, no *New York Times* (13 de Setembro de 1970), intitulada "A responsabilidade social dos negócios é aumentar os seus lucros". Neste artigo, Friedman chamava aos homens de negócios que defendiam a idéia de responsabilidade social da empresa "fantoques involuntários das forças intelectuais que estão a minar as bases de uma sociedade livre" e acusava-os de "pregar um socialismo puro e duro". O argumento de Friedman consiste essencialmente em afirmar que os gestores de uma empresa são empregados dos acionistas e, enquanto tais, têm uma "responsabilidade fiduciária" de maximizar os seus lucros. Dar dinheiro para caridade ou outras causas sociais (exceto enquanto atividades de relações públicas visando aumentar os negócios) e envolver-se em projetos comunitários (que não aumentem os negócios da empresa) é equivalente a roubar os acionistas. Mais ainda, não há qualquer razão para supor que uma empresa ou os seus empregados têm alguma competência ou conhecimento especial no âmbito das políticas públicas, logo, quando se envolvem em atividades comunitárias (enquanto gestores da empresa, não enquanto cidadãos privados agindo em seu próprio nome), estão não só a ultrapassar as suas competências, como também a violar as suas obrigações.

Algumas das falácias presentes neste raciocínio têm a ver com a perspectiva redutora do comércio como se estivesse orientado para o lucro, e com o retrato unidimensional e muito pouco lisonjeiro dos acionistas que foi mencionado anteriormente; outras ("socialismo puro e duro" e "roubar") são simplesmente excessos retóricos. O argumento da "competência" (também defendido por Peter Drucker no seu influente livro sobre gestão, *Management*) só faz sentido para casos em que as empresas levem a cabo projetos de engenharia social que estejam de fato para além das suas capacidades; mas será que é preciso competências

especiais ou conhecimentos profundos para ter preocupações acerca do emprego discriminatório, ou das práticas de promoção dentro da empresa, ou dos efeitos devastadores dos lixos industriais sobre a paisagem envolvente? A resposta geral a argumentos do tipo do de Friedman que recentemente se tornou popular na ética empresarial pode ser sintetizada num modesto jogo de palavras: em vez do "acionistas" (*stockholder*), os beneficiários das responsabilidades sociais da empresa são as partes interessadas (*stakeholders*), de que os acionistas são apenas uma subclasse. Os *stakeholders* de uma empresa são todos os que são afetados e que têm direitos e expectativas legítimos em relação às atividades da empresa, o que inclui os empregados, os consumidores e os fornecedores, assim como a comunidade envolvente e a sociedade no seu conjunto. A vantagem deste conceito é que ele permite expandir muito o enfoque das preocupações empresariais sem perder de vista as virtudes e capacidades particulares da própria empresa. Considerada deste modo, a responsabilidade social não é um fardo adicional sobre a empresa, mas uma parte integrante das suas preocupações essenciais, servir as necessidades e ser justo não apenas para com os seus investidores ou proprietários, mas também para com aqueles que trabalham, compram, vendem, vivem perto ou são de quaisquer outros modos afetados pelas atividades que são exigidos e recompensados pelo sistema de mercado livre recompensados pelo sistema de mercado livre.

8.3. Obrigações para com os *stakeholders*: consumidores e comunidade

Os gestores das empresas têm obrigações para com os seus acionistas, mas também têm responsabilidades para com outras partes interessadas (*stakeholders*). Em particular, têm obrigações para com os consumidores e também para com a comunidade circundante, assim como para com os seus próprios funcionários (ver secção 8). O objetivo da empresa é, afinal de contas, servir o público, seja fornecendo produtos e serviços desejados e desejáveis, seja não prejudicando a comunidade e os seus cidadãos. Não se pode dizer, por exemplo, que uma empresa está a cumprir o seu objetivo público se está a poluir o ar ou as reservas de água, se está a estrangular o trânsito ou a açambarcar recursos comuns, se está (ainda que indiretamente) a promover o racismo ou o preconceito, se está a destruir a beleza natural do ambiente, ou se está a ameaçar o bem-estar financeiro ou social dos cidadãos locais. Em relação aos consumidores, a empresa

tem a obrigação de fornecer bens e serviços de qualidade. Tem a obrigação de garantir que os seus produtos e serviços são seguros, através de investigação e de instruções adequadas, de avisos contra eventuais utilizações incorretas. Os produtores são e devem ser responsáveis pelos efeitos perigosos e pela má utilização previsível dos seus produtos, por exemplo, a probabilidade de uma criança engolir uma peça pequena e facilmente destacável de um brinquedo feito especialmente para o grupo etário a que ela pertence; e hoje alguns grupos de defesa do consumidor sugerem que tal responsabilidade não deve ser excessivamente qualificada pela alegação de que "se trata de adultos que sabiam ou deviam saber os riscos do que estavam a fazer". Esta última exigência aponta, no entanto, para uma série de preocupações problemáticas correntes, especificamente, a presunção geral de maturidade, inteligência e responsabilidade por parte do consumidor e a questão dos limites razoáveis da responsabilidade por parte do produtor. (É óbvio que às crianças se aplicam considerações especiais.) Em que medida deve o produtor tomar precauções contra utilizações dos seus produtos que sejam claramente idiossincráticas ou idiotas? Que restrições devem ser impostas a produtores que vendem e distribuem produtos comprovadamente perigosos, por exemplo, cigarros e armas de fogo — ainda que haja uma considerável procura desses produtos por parte dos consumidores — e deve o produtor ser responsável por aquilo que é claramente um risco previsível para o consumidor? De fato, cada vez mais se coloca a questão de saber se e em que medidas devem reinstalar aquele aviso agora antigo, "Consumidor, tem cuidado", para contrariar a tendência descontrolada em direção à irresponsabilidade do consumidor e à responsabilização empresarial indiscriminada.

A inteligência e a responsabilidade do consumidor estão também em causa no tópico muito discutido da publicidade, contra a qual algumas das mais sérias críticas das práticas e negócios correntes têm sido dirigidas. A defesa clássica do sistema de mercado livre consiste em afirmar que ele satisfaz a procura. Mas se forem os produtores a *criar* de fato a procura para os produtos que produzem, então esta defesa clássica perde o seu fundamento. Efetivamente, afirma-se que publicidade é em si coerciva, na medida em que interfere com a livre escolha do consumidor, o qual deixa de estar numa posição em que decide a melhor maneira de satisfazer as suas necessidades e é em vez disso submetido a um bombardeamento de influências que podem muito bem ser irrelevantes ou até

contrárias a essas necessidades. E mesmo quando a desejabilidade do produto não está em causa, há questões muito reais acerca da publicidade de certas marcas e da criação artificial de "diferenciação de produtos". E há ainda aquelas questões já familiares acerca do gosto — na fronteira (e por vezes para além dela) entre a ética e a estética. Há o uso do sexo — muitas vezes tentador e por vezes declarado — para aumentar o poder de atração de produtos que vão da pastilha elástica aos automóveis; há as promessas implícitas, mas obviamente falsas, de sucesso e aceitação social se comprarmos este sabonete ou aquela pasta de dentes; e há as representações ofensivas das mulheres ou de minorias e muitas vezes da natureza humana enquanto tal, apenas para vender produtos que a maior parte de nós podia perfeitamente dispensar. Mas será que este consumo supérfluo e o gosto (ou falta dele) que o vende é uma questão ética? Será que se pode realmente esperar que alguém acredite que a sua vida irá mudar com uma pitadinha de mentol ou um chão de cozinha que não precisa ser encerado?

Uma questão muito mais séria é, clara está, a mentira pura e simples em publicidade. Mas aquilo que constitui uma "mentira" não é de todo evidente neste mundo da sedução, do *kitsch* e da hipérbole. Talvez ninguém acredite realmente que uma certa pasta de dentes ou um par de calças de ganga de marca possa garantir o seu sucesso com a namorada dos seus sonhos (embora milhões estejam dispostos a arriscar, porque nunca se sabe), mas quando um produto tem efeitos que podem muito bem ser fatais, a exatidão da publicidade é considerada com muito mais cuidado. Quando um produto médico é publicado com base em informação técnica enganosa, incompleta ou simplesmente falsa, quando um "remédio para a constipação" é vendido ao balcão com a promessa, mas sem qualquer prova concreta, de que pode aliviar os sintomas e evitar complicações, quando efeitos secundários conhecidos e perigosos são ocultados sob a afirmação genérica "Como no caso de qualquer outro medicamento, consulte o seu médico", então a aparentemente simples "verdade na publicidade" torna-se um imperativo moral e alguns princípios éticos (se não mesmo a lei) foram violados.

Tem-se argumentado freqüentemente que, num mercado livre funcionando idealmente, a única publicidade que devia ser necessária ou permitida seria a pura informação relativa à utilidade e qualidade do produto. Mas, em algumas circunstâncias, o consumidor médio pode não ter nem ser capaz de compreender a informação relevante acerca do produto em causa. No entanto, em muitos casos, os

consumidores assumem muito pouca responsabilidade pelas suas próprias decisões e não se pode com justiça culpar a publicidade pela sua irresponsabilidade ou irracionalidade. As empresas têm responsabilidades para com os seus clientes, mas os consumidores também têm responsabilidades. A ética empresarial não é uma questão de responsabilidade empresarial apenas, mas de um conjunto interligado de responsabilidades mútuas.

9. CONCLUSÃO

O desenvolvimento deste trabalho foi fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos sobre a Ética sobre vários ângulos. Entre eles: o desenvolvimento da ética, quando se desprende das outras ciências. Foi possível verificar que ela estava diretamente ligada pela religião, quando se mencionava a moral.

A sua evolução sem dúvida foi extremamente necessária e importante para direcionar melhor as pessoas, as empresas/organizações e o mundo como um todo.

Desta influência ao fazer a pesquisa, é possível concluir que a ética direciona todos os aspectos do ser humano, dela depende inclusive o seu sucesso como pessoa.

Atualmente verificamos a grande preocupação hoje das empresas com relação ao comportamento ético, pois bons negócios dependem essencialmente do desenvolvimento e manutenção das relações à longo prazo e falhas éticas, levam as empresas a perderem clientes e fornecedores importantes, dificultando o estabelecimento de parcerias, cada vez mais comum hoje em dia.

A reputação das empresas e organizações é um fator primário nas relações comerciais, formais ou informais, quer estas digam respeito à publicidade, ao desenvolvimento de produtos ou a questões ligadas aos recursos humanos.

As empresas que se preocupam em manter sua imagem e quiserem ser competitivas no mercado nacional ou global, precisam sem dúvida manter uma sólida reputação ética.

10. BIBLIOGRAFIA

ARRUDA; Maria Cecília Coutinho e outros. Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica. São Paulo. Atlas. 2001

CABOCLO; José Ferreira Liberato. Ética e Tecnologia.

GILLES; Pierre Weil; A Nova Ética. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Record: Rosa dos Tempos. 1998.

RAMOS; ária Luiza Marcílio e Lopes; Ernesto. Ética na Virada do Milênio, 2º Edição. São Paulo: Editora LTR, 1999.

SÁ; Antônio Lopes de. Ética Profissional. São Paulo: Editora Atlas. 4º Edição. 2001.

VASQUEZ; Adolfo Sanches. Ética. 18ª Edição Tradução de João Dell'Anna Rio de Janeiro – Editora Civilização Brasileira. 1998. Total de pg 272.

[http:// www. Google.com.br](http://www.Google.com.br):

Pesquisa Google Ética

Pesquisa Google Dimensões da Ética

Pesquisa Google Código de Ética

Pesquisa Google Ética, Tecnologia e Desenvolvimento

Pesquisa Google Propriedades Intelectuais e Responsabilidade Social.